



Operação Compliance Zero

Wagner com um pé fora da liderança

Senador estaria convencido de que o melhor será se licenciar para não aumentar o risco de sua menção no escândalo do Master prejudicar reeleição de Lula. Decisão depende de uma conversa com o presidente, que pode ser nas próximas horas

» ALÍCIA BERNARDES
» FÁBIO GRECCHI

A crise provocada pela Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), elevou a pressão sobre o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Antes convicto de que devia permanecer, segundo interlocutores do governo e do PT ele já teria concordado em se licenciar da função de confiança. A mudança de posição veio no fim de semana, a partir de conversas que teve com pessoas próximas, que o teriam convencido de que continuar líder poderia prejudicar o projeto da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas o martelo não está batido. A decisão mesmo virá de uma conversa entre eles, que deve acontecer até amanhã.

Por causa da longa relação que o presidente tem com o senador, Lula não quer ser taxativo sobre a licença de Wagner da liderança do governo. Prefere que o senador abra mão da função. O discurso, inclusive, estaria pronto: Wagner se afasta para defender-se das acusações de ter sido favorecido pelo esquema do Banco Master e, também, para cuidar dos efeitos disso na campanha à reeleição ao Senado pela Bahia. Da parte do Palácio do Planalto, uma vez concretizada a saída, o governo insistirá em três pontos sobre o episódio junto à opinião pública: 1) de que não faz prejuízos, mas não dá guarida a ninguém envolvido com qualquer suspeita de corrupção; 2) de que permite que a PF investigue com total independência; e 3) de que, caso nada fique constatado contra Wagner, ele tem plenas condições de reassumir a liderança — numa reedição da chamada **“Solução Hargreaves”** —, uma vez que se trata de uma licença e não uma dispensa.

Caso Wagner deixe mesmo a função, o nome mais ventilado é o da senadora Tereza Leitaõ (PT-PE). Ela está no meio do mandato e tem bom trânsito entre todas as alas do Senado. Fontes do Palácio e do PT, porém, gostariam

Antonio Cruz/Agência Brasil



Lula e Wagner (observados pelo senador Randolfe Rodrigues) têm relação de longa data. Presidente quer que o amigo deixe a liderança

Saída e recondução

Então ministro-chefe da Casa Civil e amigo pessoal do presidente Itamar Franco, Henrique Hargreaves foi envolvido no escândalo dos “Anões do Orçamento” — uma CPI que investigava fraudes na comissão de orçamento do Congresso. Diante do desgaste, os dois costuraram um acordo para a saída imediata de Hargreaves do cargo para se defender das acusações. Em 1994, comprovado que era inocente, Itamar o reconduziu à Casa Civil.

de ver o ex-ministro da Educação, Camilo Santana (CE), no posto, pois é mais um em meio de mandato e com poder de articulação.

Andressa Anholete/Agência Senado



Tereza Leitaõ (de pé) está cotada para substituir Wagner na liderança

Só que ele já avisou que está envolvido totalmente no esforço de reeleger Elmano de Freitas governador do Ceará.

Não há, porém, consenso entre nomes para eventuais substitutos. Governistas divergem sobre o perfil para assumir o comando da

articulação com os senadores. Uma ala defende um nome técnico e de perfil conciliador, enquanto outra considera indispensável manter um aliado político de confiança do presidente na função.

Recurso ao STF

Enquanto a situação de Wagner na liderança não se decide, a defesa do senador recorreu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), para tentar anular a decisão que autorizou buscas e apreensões contra o parlamentar. Em recurso à Corte, o advogado Pablo Domingues sustenta que houve “erros graves” na decisão que autorizou a operação e afirma que o senador jamais atuou no Congresso para beneficiar o Master.

Segundo a defesa, a única emenda apresentada pelo senador sobre o tema tinha o objetivo de limitar juros e ampliar a proteção

aos consumidores, o que, de acordo com os advogados, contrariava os interesses do banco de Daniel Vercaro. A manifestação também destaca que o parlamentar se posicionou contra proposta defendida por outros integrantes do Senado, argumento utilizado para afastar suspeitas de favorecimento.

Outro ponto questionado é a apreensão de recursos em moeda estrangeira. Na operação, a PF recolheu US\$ 49 mil, cerca de R\$ 253 mil, em um quarto do Hotel Brasília Palace, onde o senador costuma se hospedar. Também foram apreendidos 33,5 mil euros e US\$ 6,1 mil em um imóvel de Wagner em Salvador. A defesa afirma que a origem dos valores é lícita e comprovada, sendo parte vinda de diárias recebidas em missões oficiais e outra obtida por meio de operações bancárias regulares. Os advogados ressaltam ainda que o Ministério Público Federal teria considerado prematura a apreensão dos recursos e manifestaram confiança de que o Supremo corrigirá os “equívocos” apontados.

Wagner é investigado no inquérito que apura supostos favorecimentos ao Master e a relação com Augusto Lima, ex-sócio de Vercaro e a quem chama pelo apelido “Guga”. Segundo a PF, o senador teria sido beneficiário de vantagens econômicas atribuídas a pessoas ligadas à instituição financeira. Os investigadores também apontam suspeitas sobre a atuação do parlamentar em temas de interesse do Master, como propostas envolvendo crédito consignado, mudanças no limite do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e a fiscalização da aquisição da instituição liquidada pelo Banco Regional de Brasília (BRB) — negociação barrada pelo Banco Central (BC).

A repercussão das imagens divulgadas pela PF, as suspeitas sobre a aquisição de um apartamento de alto padrão em Salvador e a entrevista concedida pelo senador às Band News para rebater as acusações — na qual garantiu ter recebido apoio de Lula — foram recebidas com preocupação por integrantes do governo.

Apuração de *Dark Horse* com Mendonça

» RENATO SOUZA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu, ontem, que o ministro André Mendonça é quem deve decidir sobre abertura de investigação em relação ao envio de recursos do Banco Master para o financiamento do filme *Dark Horse*, longa que trata sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro. A manifestação ocorreu em um pedido de diligência feito pelo deputado Lindberg Farias (PT-RJ), em uma ação que é relatada pelo ministro Alexandre de Moraes.

Por ser o responsável pelo processo em que o deputado fez o pedido, Moraes automaticamente seria responsável por determinar que a Polícia Federal (PF) investigasse os recursos enviados ao filme. No entanto, ao pedir a manifestação da PGR, o chefe do órgão, Paulo Gonet, defendeu que a ação deve ficar nas mãos

de Mendonça, relator do inquérito que investiga as fraudes do Master.

O documento protocolado por Lindbergh foi incluído na ação que trata de articulações do ex-deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos para impedir que o pai dele fosse condenado por tentativa de golpe de Estado e chefe de uma organização criminosa. O filho 03 do ex-presidente foi condenado pela Primeira Turma do STF por coação no curso do processo — a ação está na fase final de recursos. Os dois processos estavam com Moraes, que, ao receber a manifestação da PGR, enviou o caso para decisão do presidente da Corte, ministro Edson Fachin.

Gonet foi contra ampliar as diligências sobre o caso na STF. “O episódio a que se refere a representação, entretanto, já é objeto de procedimento próprio na Suprema Corte, que tramita sob a supervisão do

eminente Ministro André Mendonça”, escreveu Gonet na manifestação.

No documento protocolado no STF, Lindbergh argumenta que existem indícios de que os recursos enviados ao exterior para bancar o filme sobre Bolsonaro eram, na verdade, para sustentar a atuação de Eduardo junto ao governo de Donald Trump contra o Brasil. O filho 03 aparece como produtor executivo de *Dark Horse*, que tem previsão de estrear na campanha eleitoral deste ano. O *Correio* apurou que a PF tem diligências em andamento para averiguar o envio de dinheiro ao filme.

Lavagem

Fachin não tem prazo para decidir. Porém, caberá a ele a palavra final sobre qual dos magistrados da Corte será responsável por conduzir as diligências sobre

o financiamento do filme. A suspeita é de que exista um esquema de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas envolvendo as custas de *Dark Horse*.

O pré-candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), foi flagrado pedindo R\$ 134 milhões a Daniel Vercaro, dono do Master — os áudios foram divulgados pela imprensa. O parlamentar também esteve pessoalmente com o ex-banqueiro. Pelo menos R\$ 61 milhões teriam sido repassados, por meio de um fundo nos Estados Unidos ligado a Eduardo Bolsonaro.

Assim que vieram à tona os áudios de Flávio cobrando dinheiro de Vercaro, o pré-candidato comprometeu-se a apresentar documentos e planilhas de investimento dos recursos do Master para a filmagem de *Dark Horse*. Porém, até agora, ele nada apresentou.

Rosinei Coutinho/STF



Ministro conduz investigações sobre corrupção praticada pelo Master